

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Estudante:*** | | | | |
| ***Turma: 2º A*** | ***Turno: Mat*** | ***Data de Aplicação:*** | | ***2º Bimestre*** |
| ***Prof(a). Juliano Gordão*** | | | ***Nota Final:*** | |
| ***INÍCIO: TÉRMINO:*** | | | | |
| ***PROVA DE SOCIOLOGIA*** | | | | |
| ***INSTRUÇÕES GERAIS***  1. Confira atentamente a construção da prova. Qualquer falha de impressão ou falta de folhas deve ser comunicada ao professor no prazo máximo de **15 (quinze) minutos.**  2. Inicie a prova identificando todas as páginas com seu **nome e turma.**  3. Resolva as questões nos locais correspondentes usando caneta com tinta azul ou preta. Responda a lápis somente quando determinado.  4. Utilize somente o material autorizado. É proibido o uso de qualquer tipo de corretivo; de aparelho celular.  5. Esta prova é individual. Ao término do tempo, levante o braço e aguarde o fiscal recolher a prova.  6. A posse e/ou uso de meios ilícitos para a execução da prova é(são) considerado(s) falta disciplinar grave, acarretando a atribuição de **grau ZERO.**  7. As questões indicadas com **\***são questões de desafio e correspondem a um ponto adicional.  8. Esta prova vale de **0 a 10 (dez)**  **9. Em provas de exatas é obrigatório apresentação do cálculo, para validação da questão. Caso não conste será anulada.** | | | | |

1. A cidadania é um conceito que possui diversos significados, em geral, relacionados com a participação sujeito-cidadão dentro da sociedade e a relação com seus direitos e deveres.

Assinale a alternativa que melhor expressa a ideia de cidadania:

a) a maneira que o indivíduo encontra para responsabilizar o Estado por sua condição.

b) a conjunção entre direitos políticos, civis e sociais.

c) o direito do cidadão de agir livremente na sociedade.

d) uma perspectiva que toma o indivíduo como responsável apenas pela sua própria vida.

e) Nenhuma das anteriores.

2. O que convencionou-se chamar de cidadania consiste no resultado de três aspectos fundamentais: a cidadania política (garantia de direitos e participação política), a cidadania civil (direitos relativos às liberdades individuais) e a:

a) cidadania liberal (direitos relativos à propriedade)

b) cidadania social (direitos relativos à garantia de uma vida digna)

c) cidadania jurídica (garantia de igualdade perante a justiça)

d) cidadania empreendedora (garantia de direitos para trabalhar por conta própria)

e) Nenhuma das anteriores.

3. Em relação especificamente aos direitos civis assinale a alternativa correta:

a) Os direitos civis visam garantir a livre circulação, a liberdade de expressão, de opinião, ideológica, de credo e outras liberdades individuais.

b) Os direitos civis são uma forma de controle social, impedindo que os cidadãos possam atuar livremente.

c) Os direitos civis são relativos ao voto e a participação política.

d) Os direitos civis são baseadas na defesa à dignidade humana, na segurança alimentar e no acesso a elementos necessários à subsistência.

e) Nenhuma das anteriores.

4. A cidadania não possui seus limites previamente definidos, ela está em constante construção e ampliação. Ao longo da história o entendimento sobre os direitos sofreu grandes transformações.

Para o debate e a ampliação de direitos foi de suma importância:

a) o desenvolvimento do poder absolutista que definia os limites dos direitos de seus cidadãos.

b) a obediência às normas estabelecidas, sem questionamentos.

c) a atuação de movimentos sociais e de classe.

d) a centralidade nas eleições, por ser a única maneira de debater e criar direitos.

e) Nenhuma das anteriores.

5. “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

(DALLARI, Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. p.14)

De que maneira uma pessoa pode ter impedido o seu direito à cidadania política?

a) Exercendo seu direito à liberdade de expressão.

b) Através do voto ou da participação em sindicatos e movimentos sociais.

c) Não estando filiada a um partido político.

d) Não tendo garantido os direitos políticos ou os meios necessários para uma participação efetiva.

e) Nenhuma das anteriores.

6. Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

A) etnia e miscigenação racial.

B) sociedade e igualdade jurídica.

C) espaço e sobrevivência cultural.

D) progresso e educação ambiental.

E) bem-estar e modernização econômica.

7. O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, 2006 (adaptado).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

A) participação direta periódica do cidadão.

B) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.

C) interlocução entre os poderes governamentais.

D) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.

E) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

8. A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

TABAK, F. Mulheres públicas: participação políticas e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

A) leis de combate à violência doméstica.

B) cotas de gênero nas candidaturas partidárias.

C) programas de mobilização política nas escolas.

D) propagandas de incentivo ao voto consciente.

E) apoio financeiro às lideranças femininas.

9. A democracia deliberativa afirma que as partes do Conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa Revista Brasileira de Ciência Política, n. 13, jan-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente,

A) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.

B) a organização de eleições e o movimento anarquista.

C) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.

D) a fragmentação da participação e a desobediência civil.

E) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

10. A tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O chefe não é um comandante, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. O espaço da chefia não é o lugar do poder. Essencialmente encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens, o chefe só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do prestígio que lhe reconhece a sociedade. Mas evidentemente prestígio não significa poder, e os meios que o chefe detém para realizar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1982 (adaptado).

O modelo político das sociedades discutidas no texto contrasta com o do Estado liberal burguês porque se baseia em:

A) Imposição ideológica e normas hierárquicas.

B) Determinação divina e soberania monárquica.

C) Intervenção consensual e autonomia comunitária.

D) Mediação jurídica e regras contratualistas.

E) Gestão coletiva e obrigações tributárias.

 Boa Prova!!!